

ARTIGO DE REVISÃO

TEIXEIRA, Paulo Tadeu Ferreira ^[1]

TEIXEIRA, Paulo Tadeu Ferreira. Condições laborais e os fatores de estresse em silvicultores do eucalipto. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 01, pp. 109-122. Março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/silvicultores-do-eucalipto>

Contents

- RESUMO
- 1. INTRODUÇÃO
- 2. REFERENCIAL TEORICO
- 2.1 O PROCESSO DE TRABALHO NO AMBIENTE RURAL
- 2.2 O TRABALHO RURAL E OS FATORES DESENCADEADORES DO ESTRESSE
- 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS
- REFERÊNCIAS

RESUMO

A presente pesquisa apresenta um panorama sobre o trabalhador rural que desenvolvem atividade no contexto da silvicultura do eucalipto e o impacto do estresse laboral desencadeado pelo cenário onde eles estão inseridos. Acredita-se que o estresse entre trabalhadores rurais apresenta a todo o momento a redução da qualidade de vida, baixa na produtividade, crescimento do absenteísmo, empobrecimento nas relações intra e interpessoais dos trabalhadores, instabilidade emocional e representa um alto custo para as empresas. Este artigo se faz de uma pesquisa de cunho qualitativo, descriptivo e exploratório, com o objetivo de descrever o ambiente laboral dos silvicultores e as relações de estresse no trabalho. Os fatores causadores do estresse apresentam vertentes física, psicológica e engloba o contexto social.

Palavras-chave: Trabalhadores rurais, estresse laboral, baixa produtividade.

1. INTRODUÇÃO

A capacidade para o desenvolvimento do exercício laboral é um construto amplo, diversos estudos apontam para as diversas percepções dos pesquisadores frente a esta temática. A possível precariedade enfrentada no ambiente laboral e as pressões sofridas pelos trabalhadores e o desgaste físico e mental do trabalhador ocasionado pelo fenômeno estresse, continuam sendo dados para diversas pesquisas.

O tema estresse tem despertado o interesse de pesquisadores e aumentou o número de publicações a partir dos anos 80. O estresse laboral, na atualidade, é um dos temas mais discutidos nas mídias devido ao desgaste físico e emocional que muitos trabalhadores desenvolvem durante o ritmo de trabalho acelerado e/ou ambientes de trabalho inadequado. O trabalho desenvolvido pelos silvicultores no ambiente rural diariamente precisa preparar a terra, fazer o plantio e a colheita, a exposição solar, ruídos, equipamentos de proteção para o trabalho precário, possíveis risco de contato com animais peçonhentos, muitas vezes favorece ao desenvolvimento de estresse e outras doenças psíquicas e físicas.

O termo *stress* em inglês teve sua origem vinculada à área de biologia. Cannon e Selye estudaram as respostas biológicas apresentadas por animais quando expostos a situações aversivas ou ameaçadoras (CARLSON, 1995). Já Cannon foi o responsável pela criação do termo homeostase, que significa manter o organismo em um estado de equilíbrio interno (SELYE, 1982). No tocante a definição de estresse, não há consenso, existem diversas concepções teóricas (CARLSON, 1995; LAZURUS, 1966; MILLS, 1985; SELYE, 1982; SISTO et al., 2007).

Conhecer o impacto da pressão sofrida no ambiente de laboral e as fontes estressoras aos trabalhadores rurais no manejo do *Eucalyptus ssp* pode elucidar os possíveis perigos na execução das atividades desenvolvidas na silvicultura. Para tanto, esta pesquisa verificou as repercussões estressoras no ambiente laboral e as concepções de trabalho que prejudicam a integridade do trabalhador no manejo do eucalipto.

No Brasil os indivíduos apresentam nível de estresse cada vez mais elevado, pois a ampla maioria não possui conhecimento de como gerenciar suas fontes de tensão. O estresse acarreta consequências para a empresa: devido ao excesso de atraso e faltas; aumento de

licenças médicas; acidente de trabalho; alta rotatividade; desempenho irregular; absenteísmo dentre outros. Ressalta-se que o estresse ocupacional ocorre quando o indivíduo não consegue atender às demandas solicitadas por seu trabalho, desencadeando sofrimento psíquico, mudanças de comportamento, comprometimento no sono e sentimentos negativos, ressaltando que o meio onde o indivíduo está inserido é considerado uma possível fonte de estresse (LIPP, 2014).

Este artigo se faz de uma pesquisa de cunho qualitativo, descritivo e exploratório, com o objetivo de descrever o ambiente laboral dos silvicultores e as relações de estresse no trabalho. Foram utilizadas como fontes dados disponíveis no ministério da agricultura, legislação e segurança no trabalho, pesquisas sobre estresse e de artigos publicados na última década, através de descritores em saúde como estresse, saúde do trabalhador, silvicultura, dentre outras combinações de palavras.

2. REFERENCIAL TEORICO

2.1 O PROCESSO DE TRABALHO NO AMBIENTE RURAL

A realidade de trabalho nos dias atuais observa-se que o estilo de vida imposto aos trabalhadores rurais, numa tentativa de se adequar às constantes mudanças de trabalho, tem favorecido ao desencadeamento de desgastes físicos e psicológico. As instituições na contemporaneidade desenvolvem as atividade na busca incessante do alcance das metas estabelecidas, porém estas pressões contribuem com que surjam diversas situações que comprometem a integridade de saúde dos trabalhadores as dificuldades enfrentadas neste ambiente reduzindo de forma substancial a qualidade no trabalho e a satisfação de vida, declinando a criatividade e a produtividade dos trabalhadores dentro de uma empresa (LIPP, 2016).

O período da Revolução Industrial foi considerado um momento de pressões laborais, muitas dificuldades e insatisfações e falta de assistência adequada para o trabalhador, às condições enfrentadas no espaço de trabalho eram classificadas como estressoras, a carga horária do serviço chegava a mais de 15 horas por dia e observava-se neste período o emprego de

crianças na produção industrial (SANCHES, 2016).

A realidade no ambiente de trabalho na pós-modernidade é marcada pelas inquietações presenciadas pelos trabalhadores, oriunda pela insegurança, pressões e alta produtividade, o que acarreta as condições trabalhistas precárias. Estas situações favorecem ao desencadear dos fatores de adoecimento psíquico e a incapacidade humana de acompanhar as novas reinserções sociais e de trabalho impostas aos trabalhadores (LINHARES e SIQUEIRA, 2014).

O homem no passado e atualmente ainda desenvolve seu trabalho para garantir o seu consumo como: vestimenta, manutenção da família, moradia e alimentação. Posteriormente, veio à escravidão, a servidão, o contrato de trabalho e, finalmente, a Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, garantias estas que transformou o cenário trabalhista suavizando as inquietações dos trabalhadores brasileiros. Fatores estes relevantes para a promoção da segurança à permanência do trabalhador e sustento das necessidades básicas de sua família, em meio ao sistema capitalista (SANCHES, 2016). Para Bastos e Rifano (2017), acreditam que as manifestações de sofrimento físico e mental dos trabalhadores rurais ainda possui uma invisibilidade na sociedade, necessita de novos olhares para esta classe trabalhadora a ponto de reforçar a relevância do serviço desenvolvido.

Conforme Lancman et al. (2016), afirma que a ocupação laboral é interpretada como não somente o ato de trabalhar ou a procura pela remuneração. Perceber-se a necessidade pelo reconhecimento do serviço desenvolvido, enquanto ser individual e social, contribuindo assim para que o trabalhador se perceba inserido dentro de um contexto grupal de aceitação e valorização de sua mão de obra e ampliação ao acesso aos serviços sociais.

De acordo Dimenstein et al. (2017), orientam que a precariedade enfrentada no meio rural, está muitas vezes associada ao estado de pobreza e miséria, alta da vulnerabilidade as pressões de trabalho, os indicadores socioeconômicos apontam que a vida no campo traz como características bastante acentuadas, como: níveis elevado de analfabetismo, carência alimentar, insalubridades, falta de assistencialismo adequado e de saúde, desconhecimento de leis trabalhista e dependência cada vez crescente dos programas de transferência de renda.

O eucalipto é uma planta bem conhecida, nativa do continente da Oceania. O crescimento da

cultura do eucalipto em outras áreas se deu somente a partir do século XIX, quando sua cultura se estabeleceu pela Europa, passando pelos Estados Unidos e chegando ao Brasil em 1968 por meio do Sr. Frederico de Albuquerque, no estado do Rio Grande do Sul (ANDRADE e VECCHI, 1918).

No mundo, cerca de 90 países empregam o eucalipto em plantios comerciais, tendo a sua madeira como matéria-prima destinada para o abastecimento do setor energético e para fins industriais (MOURA e GUIMARÃES, 2003). No Brasil, os cultivos florestais com o gênero *Eucaliptus* ocupam aproximadamente 5,10 milhões de hectares, tendo a maior concentração de área plantada nos estados de MG, SP, BA e MS, que juntos perfazem 72% do total, estando a Bahia em terceiro lugar. Verifica-se que tem havido um aumento considerável da área plantada, chegando a mais de 36% em 6 anos, uma média de crescimento de cerca de 6% ao ano.

O mapeamento das florestas plantadas do eucalipto é um trabalho fundamental para nortear o planejamento estratégico, fornecer informações precisas para a iniciativa pública e privada, para a definição de políticas públicas voltadas ao setor e, até mesmo, servir de base técnica para atrair novos investidores para o setor florestal nacional. A biomassa oriunda do eucalipto é cultivada para os mais diversos fins, sendo utilizada para produção de papel, celulose, carvão vegetal, painéis de madeira reconstituída, serraria, postes, óleos para indústrias farmacêuticas, cosméticos, mel, ornamentação e quebra-vento (SANTOS et al., 2001).

Em virtude do seu rápido crescimento e da sua alta produtividade, observa-se que os plantios de eucalipto se destacam entre as florestas plantadas, sendo, portanto, esta madeira nativa, considerada uma grande alternativa para a produção madeireira no Brasil (RAMOS et al., 2011).

No ano de 2010, a Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas (2013) identificou que a área ocupada por plantios florestais de eucalipto no Brasil compreendia um total de 4.754.334 hectares, com um crescimento de cerca de 5,3% de área florestada em comparação ao ano anterior, tendo o estado de Minas Gerais a maior área plantada e o maior parque siderúrgico de carvão vegetal do país.

As Normas Regulamentadoras – NR, são normas que tratam do conjunto de condições e métodos referentes à segurança, aos direitos e medicina do trabalho, contribuindo assim com os ambientes laborais passando a ser algo obrigatório às empresas privadas, públicas e órgãos do governo que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. (SESMT, 2012).

Na compreensão de Macedo, 2012 atualmente as NRs totalizam-se em 33, além das cinco NRRs, que reunidas a outras normas técnicas postuladas na CLT, funcionam como componente básico para prática e exercício da higiene e segurança do trabalho nas empresas e no meio rural.

À Norma Regulamentadora 31, apresenta a temática referente à segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal, entre outros sendo definida por: constituir as normas a serem observadas no ambiente de trabalho, de forma a tornar compatível o plano e o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, entre outros juntos a segurança, saúde no contexto do trabalho (ARAÚJO, 2013).

2.2 O TRABALHO RURAL E OS FATORES DESENCADEADORES DO ESTRESSE

Sabe-se que o trabalhador rural desempenha suas atividades em localidades muitas vezes distante do cotidiano urbano, sendo este um dos possíveis fatores que isolem do convívio social e, consequentemente, leve ao desenvolvimento de diversas manifestações psicológicas. Pode-se observar que o processo do estresse no contexto laboral é abordado a pôr distintas percepções e análises teórica, assim sendo, apresentam diversas interpretações e formas de classificação diferentes. O estresse é percebido como estímulo, desencadeando uma resposta ao evento ou resultado da influência mútua entre ambos (BARROS, 2013).

Scopinho (2010), relata que o processo sócio histórico do Brasil no cenário rural é percebido pelas precariedades nas condições laborais deste ambiente, influenciando significativamente na condição de vida, saúde e produtividade desses trabalhadores. Em algumas localidades no Brasil, o surgimento e as transformações da tecnologia apresentam um distanciamento da realidade de muitos trabalhadores rurais, podendo assim desencadear um estado de

vulnerabilidade e distanciamento ao processo de trabalho. As relações na saúde dos trabalhadores podem estar muitas vezes associadas às baixas condições no espaço de trabalho, precariedade no assistencialismo pelos empregadores e a falta de suporte social.

Observa-se no contexto do campo rural que a intima relação com os fatores nocivos como: agrotóxicos, a ruídos, alta temperatura falta de EPI's adequados, baixa remuneração e outros pontos inerentes ao trabalho agrário, contribuem negativamente para o crescimento da precariedade dos serviços de saúde e sociais de tais trabalhadores (MOREIRA et al., 2015).

De acordo Alves (2007), afirma que o trabalho desenvolvido em lavouras demanda muitas vezes um exaustivo ritmo de trabalho onde exige extrema força braçal e disposições manuais com as ferramentas técnicas deste contexto como: o facão, o podão, entre outros instrumentos rurais. O trabalhador desenvolve uma rotina exaustiva e estressante onde enfrenta diariamente cobranças e tem que corresponder ao ritmo de trabalho prescrito, seguir o compasso da produtividade e enfrentar os cenários insalubres encontrado neste ambiente laboral.

Dos inúmeros riscos ocupacionais recorrentes no campo de trabalho, o estresse é observado em várias pesquisas, percebe-se que interfere de forma significativa na produtividade da produção e contribui drasticamente ao risco de acidentes no trabalho, doenças ocupacionais e podendo ocasionar a morte (LINDSLEY; CADORETTE, 2015).

Durante as sensações do estresse é comum às pessoas identificarem alterações no comportamento, algumas manifestações desencadeiam efeitos nocivos que contribuem de forma negativa nas emoções, declínio no metabolismo e redução significativa na produtividade laboral, observa-se que os fatores de estresse são avessos ao bom desempenho fisiológico humano (SOUZA, 2017).

Ferraz (2014) informa que mediante diversas pesquisas registrar o estresse como um fenômeno multidimensional e não necessariamente uma doença. O estresse é um estado do corpo que quando submetido ao esforço e à tensão apresenta uma reposta inicialmente fisiológica que refletirá no emocional, manifestando em uma situação estressante, o físico apresenta reações químicas normais que preparam o organismo para desencadear a

resposta para tal ato.

Podem-se verificar em pesquisas que diversos fatores contribuem para as implicações na integridade da saúde mental são: a insatisfação financeira, o isolamento social, a pressão ambiental, carga de trabalho excessiva, o distanciamento de familiares e as precariedades das leis de assistência a estes trabalhadores, entre outros. Sendo assim um dos inúmeros problemas de estresse ocupacional em trabalhadores que desenvolvem atividade no ambiente rural (POLETTI, 2009).

Barros (2013), relata que a longa jornada de serviço, as exaustivas atividades do dia a dia, a preocupação em relação com a baixa remuneração, a insegurança e o possível medo de ser demitido a falta de incentivo e apoio dos supervisores, falta de gerenciamento adequado, pressão pela produtividade, ambientais nocivo e de alta periculosidade, ruídos constante, baixa ou altas temperatura, cansaço físico e mental, flexibilização de horários de trabalho semanal interrupções temporárias, constantes mudança de função, desemprego temporal ou conflitos diários no trabalho e procedimentos desnecessários.

A atividade desenvolvida em muitas lavouras rurais como na cultura de cana-de-açúcar, eucalipto, entre outras produtividades, é caracterizado como um possível ambiente nocivo à saúde dos trabalhadores, pois mediante a exposição solar, ambiente poluído, pressões ambientais, escassez de água, exposição a solos contaminados e à presença de animais peçonhentos, precariedade ou falta de equipamento de proteção individual e o constante risco de acidentes de trabalho em decorrência do manuseio de instrumentos rurais (ROCHA; MARZIALE; ROBAZZI, 2007).

As demandas enfrentadas no contexto de trabalho pelo trabalhador do campo e a precariedade enfrentada no ambiente de trabalho, favorece que este público esteja sempre vulnerável a desenvolver diversas doenças nos âmbitos físico e mental. Os fatores nocivos encontrados no cenário rural podem agravar à sua integridade e refletindo na baixa produtividade destes trabalhadores, a baixa produtividade no trabalho e o fator socioeconômico e o estilo de vida refletem drasticamente na saúde do trabalhador rural e que são dificuldade observada nos levantamentos em diversas pesquisas, como forma de promoção de qualidade de vida e medidas preventivas a serem adotadas saúde a estes trabalhadores (VIERO et al., 2016).

Para Beck, et al 2016, o consumo de algumas substâncias psicoativas como o uso do álcool entre a comunidade de trabalhadores rurais é muitas vezes interpretado como uma resposta ao estresse desenvolvido no ambiente laboral, o consumo muitas vezes é desenvolvido quando há um possível desconforto emocional e o gerenciamento adotado para este enfrentamento pode acarretar o uso de substância para amenizar o estresse laboral. Observando-se este um comportamento desenvolvido como uma variável intermediária entre o estresse percebido e suas implicações, o uso do álcool pode ser interpretado como uma possível insatisfação do trabalho.

As medidas preventivas possivelmente não adotadas pelos trabalhadores rurais decorrem muitas vezes do desconhecimento sobre seus direito e da dificuldade de informação da assistência técnica, baixa escolaridade e da assistência dos serviços de saúde. Ao trata-se do assunto sobre a saúde mental do trabalhador na legislação brasileira, observa-se que pouca atenção foi dada ao assunto, restam muitas lacunas (ALMEIDA, 2016).

A instabilidade enfrentada por muitos trabalhadores no espaço de trabalho contribui muitas vezes para o crescimento da insegurança, instabilidade emocional e o temor da perda funcional de provedor de si e da família. Atualmente, comprehende-se que muitos espaços de trabalho proporcionam poucas perspectivas de estabilidade financeira aos empregados, onde muitos se percebem pressionados pelos empregadores (PEREIRA e MELLO, 2016).

De acordo Sousa (2017), os fatores estressores identificados no ambiente laboral são desencadeados pelo próprio ambiente onde se encontra estímulos causadores do estresse, desencadeando consequências ao organismo e na esfera emocional. Existem muitos alguns paradoxos dentro de muitas organizações atualmente, que às vezes destoa das perspectivas do empregado, pois muitos almejam a oportunidade de crescimento pessoal e desenvolvimento de competências e habilidades, porém o que muito se observa são insegurança, insatisfação e frequentemente pressões por produtividade.

Prado (2016) afirma que existem diversas causalidades do estresse no contexto de trabalho, tais como: sociais, econômicas, tecnológicas; a possível diminuição do convívio social; critérios adotados de inserção e exclusão social; ambiente físico inadequado; mudança nas horas de trabalho; falta de oportunidade de progresso. Os fatores causadores do estresse apresentam vertentes física, psicológica e engloba o contexto social.

Cresce a cada ano as pesquisas referentes ao contexto do trabalhador rural, igualmente identificam-se estudos voltados aos diagnósticos de problemas mentais entre este público. De acordo a Classificação Internacional de Doenças (OMS – CID-11), os transtornos mentais envolvem um conjunto de síndromes que se caracterizam por alterações expressivas de uma pessoa nos âmbitos da cognição, regulação emocional e comportamento, integrados a possíveis declínios nas esferas individual, familiar, social, educacional, laboral (OMS – CID-11, 2019).

A população residente no ambiente rural apresenta distintas características em comparação à população urbana, inicia-se muitas vezes pela precariedade na saúde e em outros contextos tais como: baixo grau de instrução e rendimento salarial, difícil acesso dos seus moradores aos serviços sociais, de saúde e comércio, entre outros fatores.

Mesmo que a saúde do trabalhador tenha sido normatizada pelo SUS pela via da implantação das políticas de saúde, a maneira de como a tentativa de implementação foi e tem sido efetivada, evidencia uma intenção operativa de pouca relevância, não conseguindo transformar uma proposta de articulação no contexto do adoecimento causado pelo trabalho. Aguiar e Vasconcellos (2015) mencionam que, desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os responsáveis pela elaboração das políticas públicas no País têm se preocupado com a saúde dos trabalhadores.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A preocupação com questões relacionadas às temáticas sobre as comunidades rurais e seu estado de saúde, associado à qualidade de vida da população continua sendo objeto de investigação em todo o mundo. Novas pesquisas de intervenção para prevenção de estresse no trabalho podem proporcionar melhora na saúde física e psíquica dos trabalhadores que desenvolvem atividades no campo da silvicultura do eucalipto.

Os resultados alcançados na pesquisa podem servir de contribuições para elaboração de novas reinserções de estratégias para a saúde destes trabalhadores, desde a prevenção aos aspectos de acesso aos dispositivos de saúde, passando a minimizar os possíveis fatores que desencadeiam o surgimento do estresse aos trabalhadores rurais. A superação dos limites

discutidos deve servir de balizamento para a ampliação de novas pesquisas e novas estratégias de enfrentamento do estresse do público estudado.

Acredita-se que o estresse entre trabalhadores apresenta a todo o momento a redução da qualidade de vida, baixa na produtividade, crescimento do absenteísmo, empobrecimento nas relações intra e interpessoais dos trabalhadores, instabilidade emocional e representa um alto custo para as empresas. Observa-se que o adoecimento psíquico transforma a construção da identidade social desses trabalhadores nos locais de origem impactando diretamente em suas relações sociais.

Para minimizar o risco da manifestação do estresse no ambiente laboral, recomendam-se algumas iniciativas como: condição de trabalho satisfatória como melhora no ambiente físico; adequação nas escalas de trabalho diária, proporcionando assim melhores condições de vida dentro e fora do ambiente de trabalho, contribuindo para a condição da assistência prestada ao indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABRAF. Anuário estatístico da Abraf 2013: ano Base 2012. Brasília, DF: Associação Brasileira de Produtores de Florestas Plantadas, 2013. 148 p.

AGUIAR, L.; VASCONCELLOS, L. C. F. A gestão do Sistema Único de Saúde e a saúde do trabalhador: o direito que se tem e o direito que se perde. *Saúde em Debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 106, set. 2015. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2020.

ARAÚJO, G. M. Normas regulamentadoras comentadas: legislação de segurança e saúde no trabalho. Editora GVC, v. 1, 10^a ed., 2013, 1.400 p.

ANDRADE, E. N. de; VECCHI, O. Os Eucalyptos: Sua Cultura e Exploração. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild & Comp, 1918.

ALMEIDA, V. H. Meio ambiente do trabalho e saúde mental do trabalhador sob a perspectiva laborambiental. In D. Razzouk, M. G. A. Lima & Q. Cordeiro (Orgs.). *Saúde mental e trabalho*. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo. 2016.

ALVES F. Migração de trabalhadores rurais do Maranhão e Piauí para o corte de cana em São Paulo: será esse um fenômeno causal ou recorrente da estratégia empresarial do Complexo Agroindustrial Canavieiro. In: Novaes JR, Alves F. Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCar; 2007.

BARROS, I. C. S. (2013). Estresse ocupacional e qualidade de vida no contexto hospitalar: um estudo psicossociológico. Tese de doutorado, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, Brasil.

BASTOS, R. C.; RIFANO, A. C. S. “Estudo da arte” sobre as publicações científicas envolvendo o trabalho agrícola familiar no Brasil sob o ponto de vista ergonômico. Revista Engenharia na Agricultura, v. 25, n. 1, p. 27-37, 2017.

BECK Filho JA, Amorim AM, Fraga-Maia H. Consumo de álcool entre os trabalhadores do corte da cana-de-açúcar: prevalência e fatores associados. Rev Pesq Fisioter. 2016;6(3):306-16. <https://doi.org/10.17267/2238-2704rpf.v6i3.952>.

CARLSON, NR. *Foundations of physiological psychology (3rd ed.)*. Boston: Allyn and Bacon. 1995.

DIMENSTEIN, M.; LEITE, J.; MACEDO, J. P.; DANTAS, C. Condições de vida e saúde mental em contextos rurais. Serviço Social & Saúde, v. 16, n. 1, p. 151-158, 2017.

FERRAZ, Flávio Cesar; FRANCISCO, Fernando de Rezende; OLIVEIRA, Celso Socorro. Estresse no ambiente de trabalho. Archives Of Health Investigation, p. 1-8, 2014. Disponível em: <<http://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/797/1069>> Acesso em 11/10/2020.

LANCMAN, S.; BARROS, J. O.; JARDIM, T. A. Teorias e práticas de retorno e permanência no trabalho: elementos para a atuação dos terapeutas ocupacionais. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, v. 27, n. 2, p. 101-108, 2016.

LIPP, M.E.N. Stress na atualidade: qualidade de vida na família e no trabalho. disponível em: <<http://www.estresse.com.br/publicacoes/stress-na-atualidadequalidade-de-vida-na-familia-e>

-no-trabalho/>. Acesso em: 11/10/2020.

LINDSLEY, M.; CADORETTE, M. Preventing heat-related illness in the workplace. *Workplace Health & Safety*, Thousand Oaks, CA, USA, v. 63, n. 4, p. 192-192, 2015. DOI: 10.1177/2165079915588400. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2165079915588400>>. Acesso em: 12 Out. 2020.

LINHARES, A. R. P., & Siqueira, M. V. S. Vivências depressivas e relações de trabalho: Uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica. *Cadernos Ebape*. BR, 12(3),719-740. 2014. Recuperado de <https://dx.doi.org/10.1590/1679-395110385>.

MACEDO, R. B. Segurança, saúde, higiene e medicina do trabalho. Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012, 160p.

MILLS, F. J. The endocrinology of stress. *Space Environment Medicine*, 56(7), 642-650. 1985.

MOREIRA, J. P. L.; OLIVEIRA, B. L. C. A.; MUZI, C.D.; CUNHA, C. L. F.; BRITO, A. S.; RONIR, R. L. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, n. 31, v. 8, p. 1698-1708, 2015.

MOURA, V. P. G.; GUIMARAES, D. P. Produção de mudas de *Eucalyptus* para o estabelecimento de plantios florestais. Brasilia: Embrapa, 2003. 9 p. (Embrapa, Comunicado Técnico, 85).

OMS-CDI11- Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde. ONU. Organização Mundial da Saúde. 2019. Disponível em:<<https://www.who.int/classifications/icd/en/>>. Acesso em: 12 out. 2020.

PEREIRA, J. G., & Mello, F. (2016). Causas e efeitos do Estresse no trabalho. *Interação - Revista de Ensino, Pesquisa E Extensão*, 16(16), 146 - 164. doi: 10.33836/interacao.v16i16.70

PRADO, C. Estresse ocupacional: causas e consequências. *Revista Brasileira de Medicina do Trabalho*, 14(3), 285-289. doi: 10.5327/Z1679-443520163515. 2016.

POLETO, A.R. Processo de trabalho e Saúde Mental de Trabalhadores Agrícolas Familiares da microrregião de Ituporanga, Santa Catarina. Dissertação de mestrado na área de Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

RAMOS, L.M.A.; LATORRACA, J.V.F.; PASTRO, M.S.; SOUZA, M.T.; GARCIA, R.A.; CARVALHO, A.M. Variação radial dos caracteres anatômicos da madeira de *Eucalyptus grandis* W. Hill ex Maiden e idade de transição entre lenho juvenil e adulto. *Scientia Forestalis*, Piracicaba, v.39, n.92, p.411-418, 2011.

ROCHA FLR, Marziale MHP, Robazzi MLCC. A pobreza como fator predisponente ao adoecimento de trabalhadores do corte da cana-de-açúcar. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2007; 15 Nº Espec:736-41. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692007000700004>.

SANCHES; Maria Rita Fernandes. Dedicação em Tempo Integral ao Trabalho X Vida Pessoal. 2016. Disponível em:. Acesso em 12/10/2020.

SANTOS, A. F.; AUER, C. G.; GRIGOLETTI JÚNIOR, A. Doenças do Eucalipto no sul do Brasil: identificação e controle. Colombo: Embrapa Florestas, 2001.

SELYE, H. History and Present Status of the Stress Concept. In L. Goldberger & S. Breznitz (Eds.), *Handbook of Stress. Theoretical and Clinical Aspects* (pp. 7-17). London: Collier Macmillan Publishers. 1982.

SESMT- Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho 2012. Disponível em:<<http://www.sesmat.com.br.htm>>. Acessado em 30 Set. 2018.

SOUZA, M. C. Estresse Ocupacional: principais conceitos segundo a Psiquiatria. Revista HSO-PMC. 2017.

SISTO, F. F. Baptista, M. N., Noronha, A. P. & Santos, A. A. A. Escala de Vulnerabilidade ao Estresse no Trabalho (Manual). São Paulo: Votor Editora. 2007.

SCOPINHO RA. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. Ciênc Saúde Coletiva. 2010;15(Supl. 1):1575-84. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700069>.

VIERO CM, Camponogara S, Cesar-Vaz MR, Costa VZ, Beck CLC. Sociedade de risco: o uso dos agrotóxicos e implicações na saúde do trabalhador rural. Esc Anna Nery. 2016 ;20(1):99-105. <http://dx.doi.org/10.5935/1414-8145.20160014>.

^[1] Mestre Em Tecnologias Aplicáveis A Bioenergia- FTC SSA. Pós Graduado Em Psicologia Clínico Hospitalar – FSBA-SSA. Pós Graduado Em Neuropsicologia -FACINTER PR. Graduado Em Psicologia – FTC ITABUNA.

Enviado: Janeiro 2021.

Aprovado: Março, 2021.